



Sábado

21-11-2019

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 116250

Temática: Diversos

Dimensão: 692 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 10

Do diretor

EDITORIAL

A construção de um “caso exemplar” contra os procuradores que investigaram Tancos parece interessar apenas aos que defendem a total opacidade da intervenção hierárquica nas investigações criminais



E

Diretor
Eduardo Dâmaso

O País do respeitinho volta a atacar

Pode ser um tema “chato” mas não é de somenos. O ambiente no Ministério Público está irrespirável e muito do que ali se passa é uma verdadeira prova de algo sobre a saúde do regime e da separação de poderes.

A mistura explosiva de um inquérito, provavelmente convertido em processo disciplinar, contra os procuradores que fizeram a acusação de Tancos, com colocações e saídas de magistrados em função de critérios pouco claros, aponta num único sentido: o País do respeitinho, que pretende dominar esta magistratura a partir da cúpula, ou seja, da Procuradoria-Geral da República e das chefias dos departamentos mais importantes, está de volta e ao ataque. Como se Pinto Monteiro tivesse regressado à PGR sob a forma de fantasma, induzindo a consagração de uma cultura organizacional férrea que prevaleça sobre a autonomia profissional de cada magistrado.

A sanha persecutória contra quem salvou o Estado de um escândalo ainda maior do que foi o furto e o “achamento” das armas de Tancos, interessa a quem!?

A construção de um “caso exemplar” contra os procuradores parece interessar a todos os que defendem a total opacidade, ou mesmo secretismo, da intervenção hierárquica nas investigações criminais. Interessa aos que defendem que a hierarquia deve dar ordens aos procuradores titulares dos inquéritos, fazendo depender da palavra do “chefe” a realização ou não de certo tipo de diligências. E que o “chefe”, seja ele quem for, pode justificar essas ordens com argumentos de antanho, extraídos do pensamento de juristas como Alberto dos Reis, verdadeiros sustentáculos da ditadura salazarista. Essa ideia de justiça, que está a instalar-se no coração do Ministério Públi-

co, é arcaica, verga-se a grupos de interesses e obediências diversas, é incapaz de investigar outros poderes. Aceita sem pestanejar a pura lógica do compadrio e a autoridade inquestionável do chefe de serviço. Na sua raiz não é democrática e fará Portugal recuar umas décadas na luta pela igualdade de todos perante a justiça.

PS – Por fim, uma nota final para quem interessar. Se estão interessados em saber, no caso do inquérito aberto aos procuradores de Tancos, qual foi a fonte da **SÁBADO** na publicação do despacho do diretor do DCIAP, que impediu a inquirição do Presidente da República e do primeiro-ministro, é simples. O documento chegou-nos de forma anónima. O que torna o inquérito uma trágica metáfora do pagode reinante.

E

A memória da guerra colonial

Em boa hora o Governo dedicou uma secretaria de Estado aos antigos combatentes. Portugal não honra, há muito, os seus deveres para com as centenas de milhares de portugueses e africanos que combateram na guerra colonial. Permanece uma profunda dívida de gratidão mas, sobretudo, de apoio financeiro, que permita uma assistência condigna na saúde, na habitação e em outros direitos esquecidos. Quarenta e cinco anos depois do fim, a guerra colonial mantém-se uma ferida profunda na sociedade portuguesa, que a narrativa persistente do País do sucesso tem desprezado e empurrado para a névoa de um progressivo esquecimento. Espera-se, agora, que o Governo seja coerente e produza medidas concretas de apoio aos ex-combatentes, dando operacionalidade a uma Secretaria de Estado cujo funcionamento é um imperativo ético e nacional.

E

O PAN tem razão

Uma correção: ao contrário do que aqui escrevi na semana passada, o PAN foi contra a “censura” que PS, PCP e BE querem instituir no parlamento em relação aos três pequenos partidos – Chega, Iniciativa Liberal e Livre. As minhas desculpas aos leitores e ao PAN pelo lapsos. □